

Economista quer programa coerente

São Paulo — O caminho mais fácil para o Brasil obter o apoio que necessita da comunidade financeira internacional passa pela adoção de um orograma de saneamento interno da economia que, na opinião do professor e economista da USP, Celso Martone, por enquanto não existe. "Como infelizmente não existiu no governo passado, já que, até agora, estivemos apenas brincando de fazer política econômica".

De acordo com o especialista, o Brasil necessita de diretrizes coerentes que tenham credibilidade e possam inspirar confiança dentro e fora da Nação. "A construção desse programa, observou, é hoje a preocupação fundamental de muita gente, tanto dentro quanto fora do Governo". Mas ele depende de uma discussão ampla sobre os problemas e restrições que temos que enfrentar e da elaboração de uma série de soluções radicais pois não será com meias medidas que o País emergirá da crise. "O Brasil precisa de um conjunto de reformas de natureza institucional muito séria e de larga abrangência, semelhante a que ocorreu em 64", afirmou, embora se mostre cético quanto aos efeitos das primeiras alternativas de combate à inflação acionadas.

O reordenamento do sistema

econômico defendido por Martone baseia-se em dois pontos fundamentais: controle do déficit público, do qual se originam todos os problemas atuais e correção de uma série de disfunções que surgiram no mercado financeiro em decorrência desse mesmo déficit público. As estimativas do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, dando conta de um déficit do setor público da ordem de Cr\$ 53 bilhões são, segundo Martone, preliminares, pois o número real é bem maior do que esse. Atualmente, explicou, o montante desse déficit equivale a 4% do valor global do PIB, número ligeiramente superior ao registrado em 84. Esse aumento, disse o economista, é fruto de um crescimento real dos dépendios governamentais, a despeito das medidas de controle até agora aplicadas, levando o Banco Central a expandir a base monetária em níveis compatíveis com as pressões exercidas pelos diferentes órgãos estatais.

De acordo com Martone, o programa ideal a ser adotado pelo País nesta Nova República, agora administrada por José Sarney, pressupõe a renegociação da dívida externa em bases diferentes das atuais, pelas quais o Brasil fica condicionado aos azares das taxas de juros in-

ternacionais e das políticas internas dos países desenvolvidos. "Não podemos permitir que o setor externo nos reserve suoresas que nos levariam a uma estagnação econômica ou a uma decadência de tal ordem que mesmo dentro de duas décadas não encontrariam condições de nos recuoar", salientou. Acrescentou que o segundo ponto importante do programa é o que prevê o rearranjo do caos financeiro do setor público, responsável pela alta inflacionária. E nesse quadro, a correção monetária tanto pode se constituir em obstáculo quanto em ponto de apoio para combater a inflação, devido à sua capacidade neutralizá-la em seus efeitos distributivos.

Eventualmente, confirmou o economista, os grandes bancos credores poderão oferecer um suporte maior ao País através da liberação de recursos em torno de 2 ou 3 bilhões de dólares em dinheiro novo para que os compromissos possam ser cumpridos, mas isso só serviria para acomodar as dificuldades de curto prazo, jogando-se o problema mais para a frente, o que pode significar uma situação, em 86, tão delicada do ponto de vista do balanço de pagamentos, quanto a registrada há dois anos atrás.